

Os debates na OMC e a Ronda de Doha

ENSOMBRA PELA CRISE FINANCEIRA e os desequilíbrios comerciais, a mais recente cimeira do G20, em Seul, em Novembro de 2010, termina marcada pelas ameaças quanto à escalada de uma guerra cambial entre China e EUA – com a Europa a reboque – mas deixa, de forma indelével, pistas tortuosas no avanço das negociações para o comércio mundial.

Na Coreia do Sul, os 19 países ali reunidos, aos quais se juntou a União Europeia, sublinharam divergências antigas entre mais ricos e pobres relativamente ao desarmamento alfandegário global: um acordo final sobre a Ronda de Doha foi, uma vez mais, adiado. E já poucos acreditam sequer numa concretização bem sucedida para 2011, apesar dos repetidos apelos e declarações públicas por parte da maioria dos líderes das nações presentes. Um fracasso de proporções crescentes se nos lembramos que as negociações já duram desde 2001 e que as conclusões para um entendimento definitivo têm sido sucessivamente adiadas. E, nesta altura, já nem uma data definitiva é apontada como prazo razoável para fechar o ciclo.

De um lado, permanece a irredutibilidade de Estados Unidos, Japão e União Europeia em abrirem as suas fronteiras aos produtos agrícolas oriundos dos países em desenvolvimento. Do outro, subsiste uma vontade dos países em desenvolvimento de ripostar através de uma agenda mais lenta na liberalização dos serviços, sobretudo financeiros, nos mercados emergentes. Um espaço gulosamente apetecível às principais economias do hemisfério norte, mas para o qual se exigem naturais contrapartidas.

A par deste problema de fundo e estrutural em matéria de vontades, os antigos roteiros específicos ligadas ao comércio mundial acabaram, após a falência do Lehman Brothers, sobrepostos e desvalorizados perante a urgência de saber quem vende e é excedentário, quem se endivida e quem suporta défices alheios.

A palavra de ordem neste heterogéneo G20 – uma espécie de ponte entre desenvolvidos e emergentes e que responde por 90 por cento do PIB do planeta – é agora procurar equilíbrios, nem que seja no protecçãoismo, essa política já esquecida da década de trinta, que

teve um regresso tímido aquando do choque petrolífero e cambial nos anos setenta, mas que se escondeu com a ascensão da Organização Mundial do Comércio.

No fundo, a economia mundial atravessa actualmente o pior clima possível para uma liberalização e um compromisso à escala global. Mesmo se líderes como Merkel clamam ser necessário um claro mandato para fechar Doha, sob pena do regresso a fantasmas do passado... Doha a quem doer!

Interesses divergentes, adiamentos sucessivos

A falta de um consenso geral em torno de Doha é a prova do insucesso do processo de liberalização comercial agrícola promovido, desde o virar do milénio, pela Organização Mundial do Comércio.

Para muitos países e organizações, a lógica que tem presidido ao evoluir das negociações conduzirá a um inevitável prejuízo no bem estar dos países menos desenvolvidos, porque obriga os produtores agrícolas mais pobres a

competir em condições de profunda desigualdade com os parceiros dos países mais ricos. Em causa estão não só barreiras proteccionistas, mas também subsídios aos agricultores, capazes de desvirtuar por completo a concorrência no mercado. O caminho deveria passar, por isso, por uma política mais abrangente e flexível, o que até agora se tem mostrado impossível: mesmo depois de anos a fio a tentar terminar o Uruguay Round, que fez nascer a OMC, nada se compara aos avanços, recuos, dúvidas e incertezas de Doha.

“
No fundo, a economia mundial atravessa actualmente o pior clima possível para uma liberalização e um compromisso à escala global.”

Lado a lado com a indefinição quanto ao futuro da OMC, os principais blocos comerciais, principalmente a União Europeia, não perde-

DOHA, UMA DÉCADA PERDIDA

Em Novembro de 2001, a declaração da quarta conferência ministerial em Doha, no Qatar, forneceu o mandato para uma negociação alargada e profunda sobre diferentes temas do comércio internacional, onde se incluíam os capítulos decisivos da Agricultura e Serviços, cujas discussões tinham sido já iniciadas um ano antes. Era um ponto de partida auspicioso para relançar o comércio internacional, até porque a China tinha acabado de aderir à OMC.

As negociações prosseguiram depois em Cancun, México, em Setembro de 2003, onde emergiram as primeiras grandes divergências no sector agrícola, emperrando, desde logo, um calendário demasiado ambicioso, cujos atrasos ficaram evidentes um ano mais tarde nas reuniões que terminaram, sem conclusões definitivas, em Genebra.

A sexta ronda negocial teve lugar em Dezembro de 2005 em Hong-Kong, de onde saiu uma declaração final que incluiu um avanço nalgumas matérias consideradas laterais e traçou um novo calendário para um consenso final nos aspectos considerados mais importantes.

O ano de 2006 acentuou as diferenças anteriores entre países mais desenvolvidos e países mais pobres e culminou numa recomendação do director geral da OMC, Pascal Lamy, para que as negociações fossem suspensas e um novo roteiro de entendimento fosse desenhado.

Dois anos de avanços e recuos terminaram com a declaração de Genebra em 2008: um pacote de medidas destinadas a concluir a Ronda de Doha, uma base a partir da qual os países poderiam mais facilmente chegar a um acordo global.

O eclodir da crise financeira atirou as preocupações dos principais Estados para outro tipo de prioridades e as questões foram-se arrastando até ao final de 2010, em Seul, sem um resultado concreto. A nova meta passa agora por chegar a um acordo ao longo do ano de 2011.



Mapa Trade per capita.

ram tempo e encetaram uma série de acordos bilaterais; China, Brasil, México, Índia e Rússia foram algumas das parcerias estratégicas desenhadas pela Europa.

O resultado foi uma parca contribuição para uma sólida solução comum: compensando as hesitações globais, comprometeu-se o multilateralismo, raiz de uma OMC pujante e respeitável.

Encalhada entre diversos interesses cruzados, Doha tem falhado em reunir um consenso definitivo e alcançar os desígnios a que se propôs: ajudar os países menos desenvolvidos a integrarem a malha cada vez mais vasta do comércio internacional, contribuindo para um comércio global mais justo e um desenvolvimento sustentável dos países mais pobres. Só um alcance positivo no desenlace das negociações de Doha poderá, por exemplo, conseguir trazer África para uma expressão mais digna no seu contributo para o comércio mundial.

Os temas em discussão permanecem os mesmos de sempre, já lá vão dez anos: agricultura, serviços, regras anti-dumping e sub-

DO PROTECCIONISMO À OMC: OITO DÉCADAS DE COMÉRCIO

Da recente cimeira de Seul do G20, ficou a pairar uma ideia: as guerras cambiais e comerciais que marcaram o período entre as duas Grandes Guerras Mundiais estão, lentamente, a reaparecer.

Na altura, logo a seguir à Grande Depressão, a hostilidade alfandegária entre os países foi espoletada pelos Estados Unidos, com a pauta Smoot-Hawley. A Grã-Bretanha respondeu, em 1932, com um sistema de preferências imperial e foi mais longe, ao fazer a libra esterlina abandonar o regime do padrão-ouro. Os restantes países reagiram com veemência, lançando-se no nacionalismo e proteccionismo.

De um momento para o outro, contrariando um ambiente de grande prosperidade e liberdade comercial ao longo de todo o século XIX e até a 1914, o mundo ficou repleto de barreiras alfandegárias e desregulado em matéria cambial. Até ao conflito de 1939-45, foi um pequeno passo.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial fica marcado pelo nascimento do GATT - General Agreement on Trade and Tariffs, um acordo destinado a relançar o comércio mundial. No fundo, um dos pilares do

sistema de Bretton-Woods, todo ele construído em torno do dólar e da recuperação das principais economias europeias com a ajuda dos Estados Unidos.

Cinco décadas de GATT, ainda que com alguns períodos de retrocesso (sobretudo aquando da crise do petróleo nos anos 70), contribuíram para um crescente desarmamento alfandegário entre as principais economias mundiais.

As insuficiências do acordo em matéria de serviços, agricultura e têxteis obrigaram a refundar todo o sistema de transacções numa nova entidade: a Organização Mundial do Comércio, cuja adesão da China a partir do virar do milénio lhe conferiu uma dimensão nunca antes alcançada. Questões como o ambiente e o respeito pelos elementares direitos sociais na prevalência de um comércio justo em detrimento de um comércio simplesmente livre continuam a marcar a agenda dos maiores críticos da organização.

A Ronda de Doha tem sido incapaz de dar resposta a qualquer uma das temáticas.

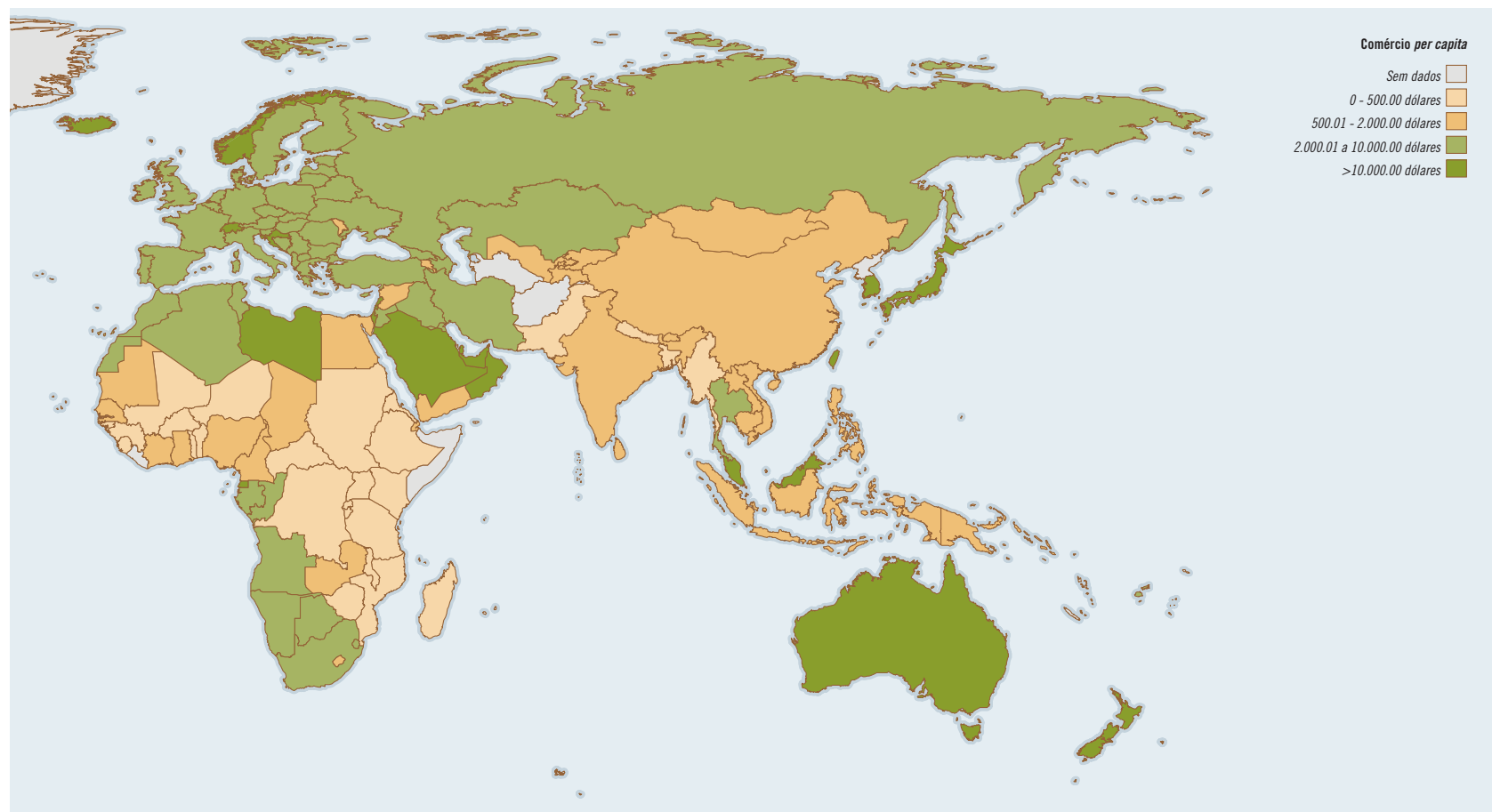
venções, relações entre comércio e ambiente, propriedade intelectual e acesso aos mercados dos produtos agrícolas e não agrícolas.

O fim das barreiras alfandegárias de milhares de produtos e dos subsídios agrí-

colas na Europa e Estados Unidos poderia significar um aumento das trocas globais num valor próximo dos 700 mil milhões de dólares.

Para muitos, 2011 será, finalmente, o ano de

Doha. Mas a actual conjectura económica aconselha prudência e não espantaria que a “ronda adiada” insistisse em celebrar-se por mais um falhanço no cumprimento dos prazos já acordados. ■



Fonte: World Trade Organization (WTO). Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_maps_e.htm (indicador: Trade per capita).